

FUCAPE FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ENSINO

NAIRON CESAR DINIZ DE SOUSA

**DETERMINANTES DO COMPORTAMENTO DE PLANEJAR A
APOSENTADORIA**

**VITÓRIA
2021**

NAIRON CESAR DINIZ DE SOUSA

**DETERMINANTES DO COMPORTAMENTO DE PLANEJAR A
APOSENTADORIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Augusto Pereira Bastos.

**VITÓRIA
2021**

NAIRON CESAR DINIZ DE SOUSA

**DETERMINANTES DO COMPORTAMENTO DE PLANEJAR A
APOSENTADORIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovado em 22 de junho de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. SÉRGIO AUGUSTO PEREIRA BASTOS
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Profa. Dra. MARCIA JULIANA D'ANGELO
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Profa. Dra. ARILDA MAGNA CAMPAGNARO TEIXEIRA
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

RESUMO

Este estudo tem por objetivo identificar os fatores que determinam o comportamento de planejar a aposentadoria, do ponto de vista financeiro, dado o envelhecimento da população e a crescente preocupação com a renda de aposentados. A fragilidade do sistema previdenciário público agrava esse contexto. Os construtos de alfabetização financeira e a confiança no regime geral da previdência brasileiro são incorporados à lente teórica da Teoria do Comportamento Planejado (TCP). A avaliação dos dados é realizada pela técnica de modelagem de equações estruturais com estimação por mínimos quadrados parciais. Os resultados indicam que a atitude afetiva, as normas subjetivas e o controle comportamental percebido impactam positivamente a intenção de planejar a aposentadoria e este leva ao planejamento da aposentadoria. A atitude transacional não impacta a intenção de planejamento. O efeito moderador da confiança no regime geral da previdência não foi confirmado. Já a mediação da alfabetização financeira entre a intenção e o comportamento de planejar a aposentadoria foi confirmado. O estudo contribui para políticas públicas no sentido de preparar financeiramente o cidadão para a velhice num contexto em que o Estado não mais tem condições de garantir uma rede de proteção ao cidadão menos favorecido em termos sociais, econômicos e de grau de instrução.

Palavras-chave: Planejamento da Aposentadoria; Alfabetização Financeira; Confiança; Regime Geral de Previdência; Teoria do Comportamento Planejado.

ABSTRACT

This study aims to identify the factors that determine the behavior of planning for retirement, from a financial point of view, given the aging of the population and the growing concern with the income of retirees. The fragility of the public pension system aggravates this context. The constructs of financial literacy and confidence in the general Brazilian social security system are incorporated into the theoretical lens of the Theory of Planned Behavior (TCP). Data evaluation is performed using the technique of structural equation modeling with partial least squares estimation. The results indicate that effective attitude, subjective norms, and perceived behavioral control positively impact the intention to plan for retirement and this leads to retirement planning. Transactional attitude does not impact planning intent. The moderating effect of reliance on the general pension scheme has not been confirmed. The mediation of financial literacy between the intention and behavior of planning for retirement was confirmed. The study contributes to public policies in the sense of financially preparing the citizen for old age in a context in which the State is no longer able to guarantee a protection network for the less favored citizen in social, economic, and level of education terms.

Keywords: Retirement Planning; Financial Literacy; Trust; General Social Security System; Theory of Planned Behavior.

SUMÁRIO

Capítulo 1	6
1 INTRODUÇÃO	6
Capítulo 2	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 A TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEJADO NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO DA APOSENTADORIA.....	12
2.2 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA	15
2.3 CONFIANÇA NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA.....	17
2.4 MODELO PROPOSTO.....	19
Capítulo 3	21
3 METODOLOGIA	21
Capítulo 4	26
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	26
4.1 DADOS DEMOGRÁFICOS DA AMOSTRA.....	26
4.2 VALIDADE DO MODELO DE MENSURAÇÃO	28
4.3 AVALIAÇÃO DO MODELO ESTRUTURAL	32
Capítulo 5	38
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
Capítulo 6	42
6 CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE 1 – PESQUISA ACADÊMICA: PLANEJAMENTO DA APOSENTADORIA	50

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é considerado um fenômeno global (Lim, Ng, & Basha, 2019; Rafalski *et al.*, 2017) e há indicações de que muitas pessoas não terão renda suficiente quando chegarem à aposentadoria (Koposko, Kiso, Hershey, & Gerrans, 2016), que representa o início de um período da vida em que o trabalho já não é mais dominante (Leandro-França, Van Solinge, Henkes, & Murta, 2016).

Esse quadro é agravado, já que indivíduos comumente encontram dificuldades quanto ao comportamento de planejar a aposentadoria (Seay, Kim, & Heckman, 2016) e também não encontram motivações para essa ação, mesmo com estudos apontando a importância do planejamento (Magwegwe & Lim, 2020). Esse fato pode ser explicado tanto pela associação entre a preparação para a aposentadoria e níveis de conhecimento e experiência financeiras e sobre investimentos (Lim *et al.*, 2019), quanto pela exigência por esforços de poupança ao longo do tempo (Palací *et al.*, 2018).

Talvez por isso, essa dificuldade é potencializada entre as pessoas com menor instrução em contraposição a pessoas com maior tempo de estudo, que tendem a melhor se planejar para a aposentadoria (Shanmugam, Abidin, & Tolos, 2017). Isso pode ser explicado em estudos que tem sugerido que aqueles com menor conhecimento financeiro são menos propensos ao planejamento da aposentadoria (Bucher-Koenen & Lusardi, 2011).

Esses dados são alarmantes, especialmente no Brasil, que ainda possui uma população predominantemente jovem, mas já com gastos previdenciários compatíveis

com os de países com população predominantemente idosa (Leandro-França *et al.*, 2016). Além disso, o Brasil está prestes a acompanhar uma rápida evolução na proporção de idosos nos próximos anos, o que implicará em maiores demandas sobre a previdência oficial (Leandro-França *et al.*, 2016), que já se mostra insustentável (Zuanazzi *et al.*, 2018).

Inclusive, recentemente passou a vigorar a Emenda Constitucional nº 103, que altera o sistema de previdência social (Brasil, 2019). Ainda assim, é necessário estimular o planejamento para a aposentadoria, já que muitas pessoas não se preparam para essa fase, mesmo conhecendo as fragilidades dos sistemas de previdência públicos (Palací, Jimenez, & Topa, 2018).

O desafio do Brasil é grande, especialmente por se tratar de um país que, já no ano de 2014, revelou conter 9,9% dos domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha da pobreza (Silva, Silva, & Nascimento, 2020). Além disso, também foi destaque em pesquisa que o apontou como o único país da América Latina com queda da renda do trabalho e conseqüente aumento da pobreza, entre os anos de 2014 e 2018 (Moura *et al.*, 2021), o que pode ser explicado por dados oficiais que apontam a existência de 14,8 milhões de desempregados e uma taxa de subutilização de 29,7% no primeiro trimestre de 2021 (IBGE, 2021).

No tocante aos dados educacionais, o cenário brasileiro não é menos alarmante, especialmente se observado que aproximadamente 16 milhões de brasileiros, com mais de 15 anos de idade, não são alfabetizados e há associação entre o analfabetismo e a renda, já que a pesquisa também destacou que 29% dos brasileiros que ganham menos de um salário mínimo não são alfabetizados, contra um índice de apenas 1,4% de analfabetos, entre aqueles com renda acima de 10 salários mínimos (INEP, 2010)

Esses dados revelam que renda e grau de instrução são relevantes quando em debate o planejamento previdenciário. No entanto, pesquisas também tem buscado conhecer as motivações psicológicas, sociais e econômicas que explicam a tendência em planejar um comportamento (França & Hershey, 2008), valendo-se muitas vezes da Teoria do Comportamento Planejado (TCP) (Baistaman, Awang, & Mustapha, 2019). Além disso, fatores demográficos como idade, escolaridade, nível de renda e experiência com investimentos já foram considerados fatores que influenciam o comportamento de planejar a aposentadoria (Shanmugam *et al.*, 2017).

O comportamento de planejar a aposentadoria pode ser impactado pela confiança no regime geral da previdência, dependendo da renda familiar (Kim, Kwon, & Anderson, 2005; Liu, Bai, & Knapp, 2021). No entanto, há evidências de que a confiança nas aposentadorias vidas dos regimes previdenciários dos países vem se se fragilizando (Palaci *et al.*, 2018), na medida em que muitos sequer acreditam que a previdência social continuará pagando os benefícios previdenciários nos moldes que faz hoje (Kim *et al.*, 2005).

A confiança na aposentadoria, todavia, é um tema ainda pouco explorado na literatura (Kim *et al.*, 2005; Ricci & Caratelli, 2017). Dessa forma, questiona-se: quais os fatores que determinam o comportamento de planejar a aposentadoria do ponto de vista financeiro?

Para responder a esta pergunta, a pesquisa se vale da Teoria do Comportamento Planejado (TCP) como lente teórica, a fim de identificar a influência das atitudes afetiva e transacional, das normas subjetivas e do controle comportamental percebido sobre a intenção e o comportamento de planejar a aposentadoria. Nesse contexto, são considerados os construtos de alfabetização financeira (Rahman, Azma, Masud, Kaium, & Ismail 2020) e de confiança no regime

geral da previdência brasileiro do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social (Liebana-Cabanillasa, Herrera, & Guillén, 2016). Dessa forma, o trabalho tem por objetivo identificar os fatores que determinam o comportamento de planejar a aposentadoria do ponto de vista financeiro.

Este trabalho se utiliza da base da TCP, focando em construtos inexplorados no contexto do planejamento da aposentadoria (Ricci & Caratelli, 2017; Palací *et al.*, 2018): alfabetização financeira e confiança no regime geral de previdência (INSS). Do ponto de vista prático, a pesquisa se justifica por se tratar de conteúdo relevante para a formulação de políticas públicas, num contexto de rápido envelhecimento da população, bem como para as peculiaridades do sistema público de previdência brasileiro (Queiroz & Souza, 2017). Da mesma forma, há relevância para organizações que atuam com planejamento previdenciário, notadamente em razão do crescente número de pessoas que se interessam pela vida após a aposentadoria (Han, Ko, & Choe, 2019). Além disso, o estudo também pode ser do interesse de trabalhadores que pretendem melhor se planejar para a aposentadoria, quando as dificuldades financeiras tendem a ser maiores (Gough & Adami, 2013).

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Fatores como os avanços na ciência médica, que vem aumentando a expectativa de vida, a aposentadoria de *baby boomers* e a diminuição nas taxas de natalidade, contribuem com o aumento da população idosa (Han *et al.*, 2019). Além disso, as taxas de fertilidade, podem explicar o maior crescimento da população idosa, se comparado com o crescimento da população pertencente às faixas etárias mais jovens (Tan & Singaravelloo, 2020), implicando em envelhecimento da população, que é reconhecidamente um fenômeno global (Lim *et al.*, 2019).

Conseqüentemente, há um aumento na preocupação com a aposentadoria, o que vem exigindo direcionamento das atenções para o desenvolvimento de mecanismos que consigam medir como ocorre a preparação para esse estágio da vida (Rafalski *et al.*, 2017). Isto também implica no aumento da quantidade de pesquisas sobre esse tema (Rašticová, Birčiaková, Bédiová, & Mikušová, 2019) e, conseqüentemente, tornando relevante o planejamento da aposentadoria (Asokumas & Jais, 2018)

Ao mesmo tempo, esses fatores vêm se refletindo em discussões e aprovações de reformas previdenciárias, visando tornar sustentáveis os sistemas de pensão, com adoções de medidas como o aumento da idade e exclusão de incentivos para a aposentadoria precoce (Fisher *et al.*, 2016). Como vem ocorrendo no mundo, esse quadro é encontrado no Brasil, onde o aumento da expectativa de vida também é realidade e a situação previdenciária vem se tornando difícil (Rafalski & Andrade 2016).

Isso é preocupante, especialmente se considerado que, mesmo diante de ameaças aos sistemas públicos de previdência, muitas pessoas não economizam pensando na aposentadoria (Palací *et al.*, 2018), o que pode explicar relatos de trabalhadores que se aproximam da idade para se aposentar sem economias que lhes permitam sustentar o padrão de vida mantido antes da aposentadoria (Han *et al.*, 2019). Ao mesmo tempo, essa realidade pode estar relacionada ao baixo nível de conhecimento financeiro, já que há uma maior tendência em economizar para a aposentadoria entre aqueles que possuem maior nível de conhecimento financeiro (Bačová, Dudeková, Kostovičová, & Baláž, 2017).

E essa falta de preparação para a aposentadoria explica outro dado alarmante, já que há evidências de que a principal fonte de renda dos aposentados são os benefícios previdenciários fornecidos pelos governos (Fisher, *et al.*, 2016). Isso requer atenção do Estado, pois o ônus financeiro relacionado ao pagamento dos benefícios previdenciários aumentará significativamente com o crescimento da expectativa de vida (Tan *et al.*, 2020) e, conseqüentemente, o período de vida após aposentadoria também aumentará cada vez mais (Han *et al.*, 2019).

Além disso, a falta de preparação pode acarretar a ausência de recursos financeiros para cobrir gastos com serviços de saúde, que são crescentes durante a velhice (Tan *et al.*, 2020), o que é explicado pelo declínio da saúde, decorrente do aumento da idade cronológica, que também acaba limitando a capacidade laboral (Fisher *et al.*, 2016). Além disso, é necessário ponderar que a aposentadoria é considerada por muitas pessoas um período de incertezas (Leandro-França *et al.*, 2016).

Por outro lado, mudanças no cenário da aposentadoria também merecem atenção, pois muitos já não se veem meramente como avós que cuidam de netos (Lim *et al.*, 2019) e a aposentadoria também não pode ser encarada como um evento isolado, mas sim um processo que requer tempo (Fisher *et al.*, 2016) e esse processo é considerado um desafio complicado para a maioria das pessoas (Palací *et al.*, 2018).

A dificuldade fica evidente quando observado que a possibilidade de se ter a saúde fragilizada na velhice não tem se mostrado suficiente para que as pessoas planejem sua aposentadoria, ou mesmo decidam por iniciar o planejamento (Topa, Moriano, Depolo, Alcover, & Morales, 2009). É preciso reconhecer, todavia, que o planejamento, ou meramente a decisão por iniciá-lo, também não é estimulada, o que, especialmente para alguns grupos sociais, pode ser explicado por fatores econômicos, psicológicos e sociológicos (Palací *et al.*, 2018). Daí a necessidade de voltar maiores atenções para os fatores que determinam o comportamento de planejar a aposentadoria. Para isso, se utiliza a lente da Teoria do Comportamento Planejado, ampliando-a com a inclusão dos construtos da alfabetização financeira e da confiança no regime geral da previdência do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

2.1 A TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEJADO NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO DA APOSENTADORIA

A Teoria do Comportamento Planejado (TCP) foi introduzida por Icek Ajzen como ampliação da Teoria da Ação Racional (Billari, Gentile, Linciano, & Saita, 2019) e seu surgimento está ligado à psicologia social (Baistaman *et al.*, 2019). Posteriormente passou a ser aplicada em diversas outras áreas, para explicar intenções e comportamentos (Billari *et al.*, 2019).

A atitude, as normas subjetivas e o controle comportamental percebido são indicados na literatura como antecedentes da intenção (Shanmugam *et al.*, 2017). Além disso, a teoria também destaca que um determinado comportamento decorre de intenções e do próprio controle comportamental percebido (Ajzen, 1991). Assim, o ponto central é a intenção comportamental, que exerce forte influência para que os indivíduos realizem de fato o comportamento (Shanmugam *et al.*, 2017).

A Teoria do Comportamento Planejado (TCP) auxilia na compreensão das intenções e dos comportamentos humanos (Nga & Yeoh, 2018) em variadas situações (Baistaman *et al.*, 2019) e há registros apontando-a como uma teoria subjacente em muitas áreas (Nga & Yeoh, 2018). Ela também já foi aplicada em estudos envolvendo diferentes áreas do planejamento financeiro (Nga & Yeoh, 2018) e já se fez presente em estudos relacionados ao planejamento de aposentadoria futura (Baistaman *et al.*, 2019), bem assim em pesquisas sobre intenção de aposentadoria antecipada e decisões de poupança para aposentadoria (Nga & Yeoh, 2018).

A atitude, antecedente da intenção, é individual; decorre de posicionamento pessoal e envolve avaliações sobre benefícios e custos de se envolver no comportamento (Nosi, Agostinho, Pagliuca, & Pratesi, 2017). Ela é destacada como um dos determinantes mais importantes no que tange à capacidade de interpretar e modificar o comportamento humano (Ng, Zhao, Lim, Basha, & Sambasivan, 2020) e a literatura já apresentou distinção entre a atitude afetiva e a atitude transacional, havendo entre elas uma combinação compensatória (Ajzen & Driver, 1991).

Dado o exposto, tem-se as seguintes hipóteses:

H1: A atitude transacional impacta positivamente a intenção de planejar a aposentadoria.

H2: A atitude afetiva impacta positivamente a intenção de planejar a aposentadoria.

As normas subjetivas são tidas como componentes sociais, que decorrem de opiniões de terceiros sobre uma determinada ação ou omissão (Nosi *et al.*, 2017), se materializando, portanto, na pressão social que pessoas importantes podem exercer sobre o indivíduo (Griffin, Loe, & Hesketh, 2012). São relevantes, já que as pessoas tendem a admitir as normas sociais como comportamentos adequados (Ng *et al.*, 2020). Argumenta-se assim que as normas subjetivas impactam a intenção de planejar a aposentadoria. Tem-se, portanto, a terceira hipótese:

H3: As normas subjetivas impactam positivamente a intenção de planejar a aposentadoria.

O terceiro antecedente da intenção comportamental é o controle comportamental percebido, que tem relação com o grau de dificuldade quanto à execução de um determinado comportamento (Ajzen, 1991). Daí que quanto maior a facilidade encontrada, maior será a intenção comportamental (Nosi *et al.*, 2017), pois os indivíduos são mais propensos a realizar um dado comportamento quando sentem níveis mais altos de controle (Griffin *et al.*, 2012). Dessa forma, argumenta-se que o controle comportamental percebido impacta tanto a intenção de planejar a aposentadoria, quanto com o próprio comportamento de planejar a aposentadoria. Com isso, tem-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H4: O controle comportamental percebido impacta positivamente a intenção de planejar a aposentadoria.

H5: O controle comportamental percebido impacta positivamente o comportamento de planejar a aposentadoria.

A intenção é o principal antecedente do comportamento (Shanmugam *et al.*, 2017; Ng *et al.*, 2020), também indicado como um sinal dado por um indivíduo que pretende realizar um referido comportamento (Shanmugam *et al.*, 2017). A intenção de se realizar um determinado comportamento, portanto, é o principal motivador de sua realização ou não realização (Billari, *et al.*, 2019). Assim, a probabilidade de realização de um comportamento está associada a intenção de realizá-lo, de modo que quanto maior a intenção, maior também será a probabilidade de realizar o comportamento decorrente (Ajzen, 1991). Argumenta-se assim que a intenção de planejar a aposentadoria guarda relação positiva com o comportamento de planejar a aposentadoria. Assim, formula-se a sexta hipótese:

H6: A intenção de planejar a aposentadoria impacta positivamente o comportamento de planejar a aposentadoria.

2.2 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

A alfabetização financeira está associada ao melhor gerenciamento de dívidas e tomada de decisões sobre poupança (Kalwij *et al.*, 2019), como também a uma melhor administração de recursos pessoais (Darriet, Guille, Vergnaud, & Shimizu, 2020). Portanto, ser alfabetizado financeiramente pode contribuir para que as decisões financeiras sejam realizadas com maior sabedoria (Rahman *et al.*, 2019), implicando em menor propensão ao endividamento, que pode ocorrer justamente em razão da falta de entendimento econômico básico (Hastings & Mitchell, 2020).

Na literatura, a alfabetização financeira é indicada como ferramenta que, no tocante às finanças, tem um impacto de longo prazo (Rahman *et al.*, 2019), de tal maneira que é associada à riqueza e à economia orientada à aposentadoria (Hastings

& Mitchell, 2020). Isso pode explicar as frequentes associações entre a alfabetização financeira e o interesse por planejamento de aposentadoria, ao tempo em que deixar de se planejar para a aposentadoria pode ser reflexo de baixos níveis de alfabetização financeira (Hershey *et al.*, 2003). Assim, tem-se a seguinte hipótese:

H7: A intenção de planejar a aposentadoria impacta positivamente a alfabetização financeira.

De igual forma, a alfabetização financeira é apontada como um mecanismo que mede o entendimento dos indivíduos em relação às finanças pessoais (Kalwij *et al.*, 2019), mas também está relacionada aos conhecimentos sobre inflação, taxa de juros e diversificação de riscos (Darriet *et al.*, 2020) e a investimentos visando a aposentadoria via acúmulo de poupança (Hastings *et al.*, 2020). Há, portanto, uma proximidade da relação entre a alfabetização financeira e a preparação para a aposentadoria (Niu, Zhou, & Gan, 2020).

Inclusive, há evidências quanto a necessidade de implementação de programas visando melhorar os níveis de alfabetização financeira, especialmente entre os mais vulneráveis (Darriet *et al.*, 2020) além de registros sobre o lançamento de uma campanha mundial, visando a promoção da alfabetização financeira, que conta com o apoio de formuladores de políticas públicas (Hastings *et al.*, 2020). Sobre esse assunto, inclusive, há quem diga que a oferta de instrução adequada visando o acúmulo de conhecimento e preparo necessários para a tomada de decisões financeiras na idade adulta, deve ocorrer o mais cedo possível (Kalwij *et al.*, 2019).

Isso pode ser explicado com evidências sobre indivíduos com melhores resultados relacionados à aposentadoria, que são aqueles que buscam orientações com quem tem conhecimento financeiro (Palací *et al.*, 2018). De igual forma, a

explicação também pode vir de apontamentos que sugerem que pessoas com níveis mais elevados de alfabetização financeira tendem a pensar mais nas necessidades financeiras após a aposentadoria (Darriet *et al.*, 2020). Daí que se presencia o apoio para o lançamento de uma campanha mundial, visando promover a alfabetização financeira (Hastings *et al.*, 2020).

Nesse sentido, ser alfabetizado financeiramente parece acertado, especialmente quando as pessoas não estão se preparando adequadamente para a aposentadoria (Niu *et al.*, 2020), embora o que se espera delas é que se responsabilizem mais pelo seu bem-estar financeiro quando idosas (Darriet *et al.*, 2020) e a literatura tem sugerido que aqueles que demonstram maior nível de alfabetização financeira estão mais propensos ao planejamento previdenciário (Darriet *et al.*, 2020). Isso posto, tem-se que:

H8: A alfabetização financeira impacta positivamente o comportamento de planejar a aposentadoria.

2.3 CONFIANÇA NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA

A confiança é descrita na literatura como uma vantagem competitiva (Tan & Lim, 2009), como um mecanismo de redução de atritos (Bhattacharjee, 2002), como forma de intenção e comportamento (Bhattacharjee, 2002) e como norma de reciprocidade (Clases, Bachmann, & Wehner, 2003). Também há registros vinculando-a à integridade e às competências funcional e interpessoal (Bhattacharjee, 2002), assim como com à transparência (Schnackenberg & Tomlinson, 2016).

No tocante às instituições, a confiança é associada ao bom funcionamento das organizações (Persson, Parker, & Widmalm, 2019), como também à sua estabilidade,

legitimidade (Dilmaghani, 2019) e transparência (Gudzinskas, 2016). Assim, as relações de confiança percebidas entre os cidadãos e as instituições podem ser alteradas positiva ou negativamente, de acordo com as veiculações de matérias pela mídia, conforme observado em pesquisa cujo objeto foi a confiança na justiça criminal (Boateng & Kaiser, 2019).

A desigualdade social também pode influenciar os níveis de confiança, na medida em que, em uma sociedade desigual, há um sentimento de que o sistema atua contra os desfavorecidos (Gudzinskas, 2016) e a literatura já destacou que trabalhadores de baixa renda relatam menor confiança na aposentadoria (Kim *et al.*, 2005).

Além disso, a confiança também pode limitar comportamentos oportunistas, podendo ser útil para construir relacionamentos de longo prazo e sua falta pode se revelar em uma ameaça, sob o ponto de vista comercial/empresarial (Bhattacharjee, 2002). É válida também a associação entre a confiança e a governança, já que o aumento da confiança está atrelado a comportamentos honestos e imparciais por parte das organizações públicas, tornando o papel desempenhado pelos agentes públicos essenciais quanto à garantia da confiança da sociedade (Gudzinskas, 2016).

A confiança, portanto, pode interferir no comportamento das pessoas, impactando em comportamentos visando a aposentadoria (Kim *et al.*, 2005), o que é relevante, especialmente se considerado que a confiança nas aposentadorias está se fragilizando e apesar disso muitas pessoas não economizam o suficiente para suportar suas necessidades após a aposentadoria (Palací *et al.*, 2018).

No que se refere aos sistemas de previdência, há apontamentos de que a maioria das pessoas já não acredita que o sistema de previdência continuará

concedendo benefícios como hoje (Kim *et al.*, 2005). No entanto, a literatura também tem destacado se tratar de um assunto inexplorado pela literatura (Ricci & Caratelli, 2017), como também com estudos limitados (Kim *et al.*, 2005).

Isto posto, pode-se argumentar que a confiança no regime geral de previdência brasileiro (INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social) modera a intenção e o comportamento de planejar a aposentadoria. Logo, a hipótese é:

H9: A confiança no regime geral de previdência modera (enfraquece) a relação entre a intenção e o comportamento de planejar a aposentadoria.

2.4 MODELO PROPOSTO

Considerando os apontamentos descritos, bem assim as indicações do modelo original proposto por Ajzen (1991), o modelo que se propõe contempla os antecedentes da intenção de planejar aposentadoria, e a relação desta com o comportamento de planejar a aposentadoria. Além disso, são acrescentados ao modelo os construtos da alfabetização financeira (Rahman *et al.*, 2020) e da confiança no regime geral da previdência (Leibana-Cabanilha *et al.*, 2016).

A Teoria do Comportamento Planejado indica que o controle comportamental percebido está diretamente relacionado com a intenção comportamental e a própria realização do comportamento (Ajzen, 1991; Billari *et al.*, 2019). Além disso, também contempla que quanto maior a facilidade percebida no que se refere à realização de um determinado comportamento, maior será sua intenção (Nosi, *et al.*, 2017). Assim, a hipótese a ser testada é:

H10: A intenção de planejar a aposentadoria medeia a relação positiva entre o controle comportamental percebido e o comportamento de planejar a aposentadoria.

Das hipóteses correspondentes às relações diretas entre intenção e alfabetização financeira (H7) e entre a alfabetização financeira e o comportamento de planejar a aposentadorias, tem-se uma relação mediadora. Assim, resta a seguinte hipótese:

H11: A alfabetização financeira medeia a relação entre a intenção e o comportamento de planejar a aposentadoria.

Portanto, o modelo proposto para este estudo é apresentado na Figura 1.

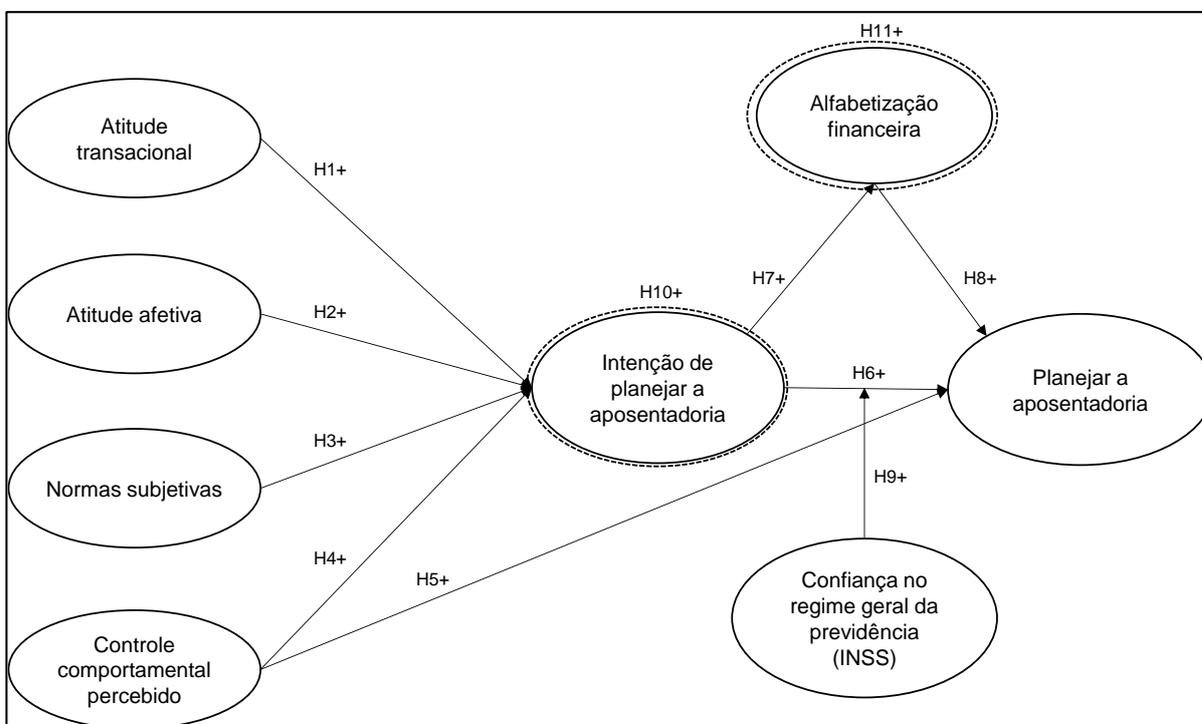


Figura 1: Modelo proposto pelo estudo
Fonte: Elaborado pelo autor.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

Visando responder aos objetivos, este estudo é quantitativo, descritiva, com dados primários e corte transversal. O campo de estudo é o sistema previdenciário brasileiro e a população-alvo da pesquisa serão brasileiros não aposentados, pois o trabalho tem por objetivo identificar os fatores que determinam o comportamento de planejar a aposentadoria do ponto de vista financeiro.

A amostra é não probabilística por acessibilidade, já que a coleta, embora considere brasileiros não aposentados, não atingirá todas as pessoas com essas características, mesmo porque o tamanho desse universo é desconhecido. A técnica de amostragem, portanto, não permite generalizar comportamentos. No entanto, ela fornece evidências do comportamento estudado, o que é suficiente para alcançar o objetivo da pesquisa.

A literatura já validou a distinção entre as atitudes afetiva e transacional, destacando que se combinam entre si em uma forma compensatória (Ajzen & Driver, 1992) e o instrumento de pesquisa considera os construtos da atitude transacional e da atitude afetiva, com 5 afirmações cada, conforme adaptação feita à escala desenvolvida por Ajzen e Driver (1992).

O construto normas subjetivas é medido considerando uma adaptação da escala validade por Liebana-Cabanilhas *et al.* (2016), que contém 4 afirmações. Já a medição do construto controle comportamental percebido é realizada considerando a adaptação da escala desenvolvida por Fielding, McDonald e Louis (2008), com 5 afirmações. A intenção de planejar a aposentadoria e o comportamento de planejar a

aposentadoria, de sua vez, são medidos com base em adaptação da escala desenvolvida por Ajzen *et al.* (1992), de forma que cada construto contempla 4 afirmações.

O construto alfabetização financeira é medido usando a escala desenvolvida por Rahman *et al.* (2019), com 8 afirmações. Por fim, o construto confiança no regime geral da previdência contém 5 afirmações, de acordo com escala validada por Liebana-Cabanilhas *et al.* (2016). Todas as afirmações podem ser vistas na Figura 2.

Construtos	Variáveis	Referências
Atitude transacional	ATT1 - Planejar a aposentadoria é uma atitude inteligente. ATT2 - Planejar a aposentadoria é uma atitude benéfica. ATT3 - Planejar a aposentadoria é uma atitude útil. ATT4 - Planejar a aposentadoria é uma atitude forte. ATT5 - Planejar a aposentadoria é uma atitude proativa.	Ajzen e Driver (1992)
Atitude transacional	ATA1 - Planejar a aposentadoria é uma atitude interessante. ATA2 - Planejar a aposentadoria é uma atitude agradável. ATA3 - Planejar a aposentadoria é uma atitude atraente. ATA4 - Planejar a aposentadoria é uma atitude desejável. ATA5 - Planejar a aposentadoria é uma atitude boa.	Ajzen e Driver (1992)
Normas subjetivas	NOR1 - As pessoas cujas opiniões eu valorizo aprovam que eu planeje minha aposentadoria. NOR2 - A maior parte das pessoas que me vem à cabeça pensam que eu deveria planejar minha aposentadoria. NOR3 - A maior parte das pessoas que me vem à cabeça esperam que eu planeje minha aposentadoria. NOR4 - As pessoas que são próximas a mim concordariam que eu planeje minha aposentadoria.	Liebana-Cabanillas, Herrera & Guillén (2016)
Controle comportamental percebido	CON1 - Quanto controle você tem sobre se você se engaja no planejamento da aposentadoria? (1, muito pouco controle; 5, muito controle). CON2 - Para mim, envolver-me no planejamento da aposentadoria é... (1, muito difícil; 5, muito fácil). CON3 - Se eu quisesse, poderia facilmente me envolver no planejamento da aposentadoria. CON4 - Depende principalmente de mim se eu me engajo no planejamento da aposentadoria. CON5 - Quão difícil seria para você se envolver com o planejamento da aposentadoria? (1, muito difícil; 5, muito fácil).	Fielding, McDonald e Louis (2008)

(continua)

(continuação)

Intenção de planejar aposentadoria	INT1 - Pretendo dedicar muito tempo em buscar informações para o planejamento da minha aposentadoria. INT2 - Ficarei bastante aborrecido se não for capaz de me envolver em atividades de planejamento de minha aposentadoria. INT3 - Pretendo buscar constantemente informações dedicadas ao planejamento da aposentadoria. INT4 - Pretendo desenvolver muitas habilidades que me permitam planejar minha aposentadoria.	Ajzen e Driver (1992)
Planejar aposentadoria	PLA1 - Dedico muito tempo em busca de informações para o planejamento da minha aposentadoria. PLA2 - Fico bastante aborrecido se não sou capaz de me envolver em atividades de planejamento de minha aposentadoria. PLA3 - Constantemente busco informações dedicadas ao planejamento da aposentadoria. PLA4 - Tenho muitas habilidades que me permitem planejar minha aposentadoria.	Ajzen e Driver (1992)
Alfabetização financeira	ALF1 - Economizo dinheiro todos os meses. ALF2 - Economizo para comprar produtos mais caros (por exemplo, carro, casa). ALF3 - Posso uma reserva financeira igual ou superior a três vezes a renda mensal que pode ser usada em casos inesperados (por exemplo, desemprego, doença). ALF4 - Analiso as finanças pessoais em profundidade antes de fazer qualquer compra importante. ALF5 - Estou satisfeito com meu próprio sistema para controlar finanças. ALF6 - Uso cartões de crédito quando não há dinheiro disponível para cobrir algumas despesas. ALF7 - Pago a fatura do cartão de crédito completamente para evitar cobranças financeiras (juros e multas). ALF8 - Verifico as faturas do cartão de crédito para examinar possíveis erros e cobranças não autorizadas	Rahman, Azma, Masud, Kaium e Ismail (2020).
Confiança no regime geral da previdência	CNF1 - Penso que o regime geral da previdência (INSS) manterá promessas e compromissos. CNF2 - O regime geral da previdência (INSS) é digno de confiança. CNF3 - Em classifico o regime geral da previdência (INSS) como honesto. CNF4 - Eu acho que o regime geral da previdência (INSS) é responsável. CNF5 - Em geral, eu tenho confiança no regime geral da previdência (INSS).	Liebana-Cabanillas, Herrera e Guillén (2016)

Figura 2: Construtos e variáveis

Fonte: Elaborado pelo autor.

A coleta dos dados primários se deu por intermédio de questionário estruturado e autoaplicável, disponibilizado eletronicamente para fins de alcançar o máximo de respondentes habilitados. Para garantir que os respondentes sejam do público alvo, após um texto inicial explicativo, o questionário contou com uma questão de controle

populacional, já que foi questionado se os respondentes são aposentados. Dessa forma, nos casos em que a resposta atribuída a questão controle foi sim, o entrevistado pode continuar respondendo ao questionário, todavia, suas respostas foram excluídas da amostra. Em seguida, após novo texto explicativo, foram inseridas as 40 afirmações dos construtos, e, para respondê-las, foi empregada a escala de Likert de 5 pontos, de forma que os respondentes deverão assinalar opções que vão de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), salvo algumas exceções especificadas no questionário.

Ao final, o questionário incluiu perguntas objetivando caracterizar os respondentes, versando sobre idade, sexo, estado civil, existência de filhos, nível de instrução, renda mensal atual, região onde vive e nível de instrução. O questionário também contém perguntas visando conhecer quanto tempo falta para a aposentadoria, se o respondente contribui para o regime geral da previdência ou possui algum plano de previdência privada e, também, se se considera financeiramente alfabetizado, conforme pode ser visto no Apêndice 1.

Foi aplicado um pré-teste do instrumento de pesquisa com 13 respondentes, objetivando verificar se as questões são compreensíveis, bem assim encontrar eventuais falhas no tocante ao preenchimento do questionário. Nenhuma alteração foi requerida. Após o pré-teste, a coleta de dados primários foi realizada por intermédio da aplicação do formulário *online*, disponibilizado por meios eletrônicos (e-mail, redes sociais e aplicativos de mensagens). A elaboração foi feita no Google Forms.

No tocante à análise dos dados coletados, primeiramente houve uma verificação inicial, visando encontrar eventuais vieses nas respostas do questionário. Com a base de dados validada, a técnica de análise de dados é a modelagem de

equações estruturais (SEM – *Structural Equation Modeling*) com estimação por mínimos quadrados parciais (PLS – *Partial Least Squares*), que permite avaliar um conjunto de relações de forma concomitante (Hair Jr., Ringle, & Sarstedt, 2011), além de ser adequada para avaliar relações entre construtos (Bido & Silva, 2019). A análise de dados foi feita com o software SmartPLS 3.3.

Para avaliar o modelo de mensuração proposto foi realizada análise fatorial confirmatória (AFC), que permite verificar as validades convergente e discriminante. Para a validade convergente utilizou-se as cargas fatoriais, o Alpha de Cronbach, da confiabilidade composta (CR), a variância média extraída (AVE) e a correlação de Spearman (ρ_A). No que se refere a validade discriminante, aplicou-se o critério de Fornell e Larcker (1981) e do heterotrait-monotrait ratio (HTMT). Em seguida foi avaliado o modelo estrutural com a realização dos testes de hipóteses.

Capítulo 4

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 DADOS DEMOGRÁFICOS DA AMOSTRA

A pesquisa foi aplicada entre os dias 4 de janeiro e 30 de janeiro de 2021. Entre os respondentes, 69 indicaram que já eram aposentados, razão pela qual foram excluídos da base final. Assim, a amostra é composta por 945 respostas e parte das características da amostra encontra-se na Tabela 1.

TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA – PARTE 1

Característica	Quantidade	Percentual (%)	
Idade	Menos de 25 anos	85	8,99
	Entre 25 e 45 anos	610	64,55
	Entre 45 e 65 anos	246	26,03
	Mais de 65 anos	4	0,42
Sexo	Masculino	338	35,77
	feminino	607	64,23
Estado civil	Solteiro	285	30,16
	Casado	499	52,80
	Divorciado	92	9,74
	Viúvo	14	1,48
	Outros	55	5,82
Tem filhos	Sim	592	64,23
	Não	338	35,77
Escolaridade	Fundamental ou menos	40	4,23
	Médio/técnico	160	16,93
	Superior	340	35,98
	Pós-graduação (inclui mestrado e doutorado)	390	41,27
	Outra	15	1,59
Renda	Até 2 salários-mínimos	300	31,75
	Acima de 2 até 5 salários-mínimos	357	37,78
	Acima de 5 até 10 salários-mínimos	180	19,05
	Acima de 10 salários-mínimos	108	11,43
Onde mora	Região Norte	57	6,03
	Região Nordeste	111	11,75
	Região Sul	74	7,83
	Região Sudeste	181	19,15
	Região Centro-oeste	512	54,18
	Exterior	10	1,06

Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre os respondentes, a maioria é do sexo feminino (64,23%), e declara possuir filhos (62,65%). Quanto ao estado civil, 52,80% dos respondentes são casados. No tocante à idade, a maioria dos respondentes declararam possuir idade entre 25 e 45 anos, o que representa 64,55%. Na sequência, 26,03% indicaram possuir entre 45 e 65 anos de idade, perfazendo 90,58% entre 25 e 65 anos, o que está coerente com o público-alvo de pessoas não aposentadas.

No que concerne à escolaridade, a maior incidência (41,27%) é de pós-graduados, seguida por pessoas com nível superior (35,98%), o que indica uma amostra com alta escolaridade, o que indica tendência à alfabetização financeira. Isso também se reflete na renda, em que a maior incidência (37,78%) se dá acima de 2 até 5 salários-mínimos, com 19,05% acima de 5 até 10 salários e 11,43% dos respondentes com renda acima de 10 salários-mínimos. Somando-se esses níveis de remuneração chega-se a 68,26% dos respondentes.

A maioria dos respondentes residem no centro-oeste, representando 54,18% da amostra. Na sequência, estão moradores da Região Sudeste, com 19,15% dos respondentes, Região Nordeste com 11,75%, Região Sul com 7,83% e, por fim, Região Norte, com 6,03%. Além disso, 1,06% dos entrevistados apontaram ser residentes no exterior.

No tocante ao tempo que falta para a aposentadoria, a maioria respondeu faltar mais de 25 anos (38,73%). Além disso, 17,57% dos respondentes indicaram faltar mais de 20 anos e menos de 25, seguidos de 16,93% que ainda precisam de mais de 15 anos e menos de 20 para se aposentar. Ainda, 16,83% indicaram faltar até 10 anos para a aposentadoria e, por fim, 9,95% dos respondentes escolheram a opção mais de 10 anos e menos de 15.

Sobre se considerar alfabetizado financeiramente, 68,36% disseram que sim, e a maioria dos respondentes apontaram contribuir para a previdência, o que representou 70,79% dos respondentes. Ainda, 65,93% declararam possuir algum plano de previdência privada, ou algum investimento pensando na aposentadoria. indicaram contribuir para a previdência. A Tabela 2 complementa as características da amostra.

TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA – PARTE 2

Características		Quantidade	Percentual (%)
Quanto tempo falta para se aposentar?	Até 10 anos	159	16,83
	Mais de 10 anos e menos de 15 anos	94	9,95
	Mais de 15 anos e menos de 20 anos	160	16,93
	Mais de 20 anos e menos de 25 anos	166	17,57
	Mais de 25 anos	366	38,73
Contribui para o regime geral de previdência (INSS)?	Sim	669	70,79
	Não	276	29,21
Possui algum plano de previdência privada ou algum outro investimento pensando na aposentadoria?	Sim	322	34,07
	Não	623	65,93
Você se considera uma pessoa alfabetizada financeiramente?	Sim	646	68,36
	Não	299	31,64

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2 VALIDADE DO MODELO DE MENSURAÇÃO

A validação do modelo estrutural, bem assim de seus construtos, foi realizada considerando a análise fatorial confirmatória (AFC), examinando as validades convergente, que verifica se os indicadores convergem para o construto, e discriminante, que verifica se os construtos são independentes. Assim, é possível verificar se os indicadores utilizados realmente medem o construto, na medida em que todas as variáveis latentes são correlacionadas entre si (Bido & Silva, 2019).

As correlações entre os construtos latentes e as variáveis são medidas pelas cargas fatoriais (Hair Jr., Black, Babin, Anderson & Tatham, 2009). Sugere-se que as cargas fatoriais das variáveis tenham valor acima de 0,70 (Hair Jr. *et al.*, 2009) e três variáveis do construto alfabetização financeira (ALF6, ALF7 e ALF8) não cumpriram com os critérios de validação, já que apresentaram carga fatorial abaixo de 0,6. Outras duas variáveis desse construto (ALF2 e ALF4) apresentaram carga fatorial menor que 0,7, todavia foram mantidas já que a eliminação de muitos indicadores pode gerar problemas com replicabilidade de resultados, comparação com outros estudos e aplicação futura da escala (Bido & Silva, 2019). Na Tabela 3 são apresentadas as cargas fatoriais, que indicam correlação entre os construtos latentes e as variáveis observadas (Hair Jr. *et al.*, 2009), assim como os demais indicadores para validação do modelo de mensuração.

A variância média extraída (AVE - *Average Variance Extracted*) consiste na média das cargas fatoriais elevadas ao quadrado e o critério de Fornell e Larcker (1981) sugere que as AVE que ultrapassarem 0,5 indicam validade convergente (Hair Jr. *et al.*, 2009). Esses critérios foram cumpridos. A confiabilidade composta (CR - *Composite Reliability*) avalia a precisão e a qualidade de um constructo (Hair Jr. *et al.*, 2009), sendo que valores superiores a 0,7 apontam para a validade convergente. Esse critério também foi cumprido.

Já o Alfa de Cronbach afere a consistência interna das variáveis, bem assim se há intercorrelações entre as variáveis observadas e resultados acima de 0,70 são apresentados como adequados (Hair Jr. *et al.*, 2009), como ocorre nesta pesquisa. Por fim, na correlação de Spearman (ρ_A) os valores podem variar entre -1 e 1, de forma que quanto mais se aproximarem desses extremos, maior é a relação entre as

variáveis (Field, 2009). Os constructos desta pesquisa apresentaram rho_A próximos a 1. Assim, a validade convergente do modelo de mensuração foi confirmada.

TABELA 3 – INDICADORES DE VALIDADE CONVERGENTE

Construtos	Variáveis	Cargas Fatoriais	AVE	CR	Alfa de Cronbach	rho_A
Atitude afetiva (ATA)	ATA1	0,777	0,591	0,878	0,829	0,840
	ATA2	0,727				
	ATA3	0,746				
	ATA4	0,793				
	ATA5	0,798				
Atitude transaciona (ATT)	ATT1	0,777	0,634	0,897	0,856	0,857
	ATT2	0,727				
	ATT3	0,746				
	ATT4	0,793				
	ATT5	0,798				
Normas subjetivas (NOR)	NOR1	0,784	0,679	0,894	0,843	0,846
	NOR2	0,855				
	NOR3	0,832				
	NOR4	0,823				
Controle comportamental percebido (CON)	CON1	0,750	0,602	0,882	0,832	0,839
	CON2	0,837				
	CON3	0,814				
	CON4	0,647				
	CON5	0,816				
Alfabetização financeira (ALF)	ALF1	0,849	0,585	0,875	0,821	0,839
	ALF2	0,671				
	ALF3	0,834				
	ALF4	0,661				
	ALF5	0,789				
Confiança no regime geral da previdência (CNF)	CNF1	0,799	0,803	0,953	0,938	0,940
	CNF2	0,936				
	CNF3	0,916				
	CNF4	0,906				
	CNF5	0,915				
Intenção de planejar a aposentadoria (INT)	INT1	0,827	0,697	0,902	0,854	0,860
	INT2	0,764				
	INT3	0,892				
	INT4	0,851				
Planejar a aposentadoria (PLA)	PLA1	0,872	0,682	0,895	0,843	0,846
	PLA2	0,776				
	PLA3	0,893				
	PLA4	0,754				

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na sequência, avalia-se se os construtos são independentes entre si, não se sobrepondo uns aos outros, com a validade discriminante, que aponta o grau de diferenciação de um construto em relação aos outros (Hair Jr. *et al.* 2009). Para que haja validade discriminante, de acordo com o critério de Fornell e Larcker (1981), as

raízes quadradas das variâncias médias apresentadas por cada constructo devem ser maiores do que as correlações de Pearson entre os constructos, como ocorre neste estudo. Os resultados encontram-se na Tabela 4.

TABELA 4 - INDICADORES DE VALIDADE DISCRIMINANTE

	Média	Desvio Padrão	ALF	ATA	ATT	CNF	CCP	INT	NOR	PLA
ALF	0,3217	1,062	0,765							
ATA	4,184	0,756	0,136	0,769						
ATT	4,651	0,554	0,124	0,697	0,797					
CNF	2,651	1,121	0,228	0,138	0,089	0,896				
CCP	3,443	0,882	0,469	0,351	0,338	0,224	0,776			
INT	3,513	0,953	0,373	0,434	0,297	0,217	0,483	0,835		
NOR	3,969	0,912	0,100	0,468	0,395	0,163	0,301	0,337	0,824	
PLA	3,050	1027	0,410	0,366	0,255	0,254	0,528	0,747	0,286	0,826

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda, as cargas fatorais das variáveis latentes devem apresentar valores superiores aos das cargas cruzadas, tanto nas análises horizontais como nas verticais, como descrito na Tabela 5, conforme critério de Chin (1988).

Por fim, a razão de correlação heterotrait-monotrait (HTMT) das variáveis latentes, de Ringle, Wende e Becker (2015), deve estar abaixo de 0,9 para atestar a validade discriminante (Bido & Silva, 2019). Esse critério foi atendido, conforme resultados apresentados na Tabela 6.

TABELA 5 – VALIDADE DISCRIMINANTE DO MODELO – CRITÉRIO DE CARGAS CRUZADAS

	ALF	ATA	ATT	CNF	CON	INT	NOR	PLA
ALF1	0,849	0,122	0,141	0,192	0,406	0,339	0,069	0,366
ALF2	0,671	0,095	0,086	0,170	0,303	0,280	0,088	0,308
ALF3	0,834	0,090	0,109	0,193	0,367	0,315	0,068	0,343
ALF4	0,661	0,095	0,049	0,102	0,253	0,229	0,062	0,182
ALF5	0,789	0,117	0,073	0,195	0,430	0,252	0,096	0,332
ATA1	0,082	0,777	0,656	0,056	0,237	0,301	0,331	0,220
ATA2	0,122	0,727	0,367	0,131	0,294	0,366	0,343	0,351
ATA3	0,112	0,746	0,389	0,137	0,305	0,371	0,345	0,330
ATA4	0,123	0,793	0,511	0,144	0,281	0,330	0,391	0,286
ATA5	0,097	0,798	0,667	0,086	0,255	0,324	0,390	0,259
ATT1	0,107	0,484	0,775	0,095	0,247	0,224	0,317	0,143
ATT2	0,091	0,542	0,816	0,052	0,289	0,221	0,289	0,201
ATT3	0,104	0,566	0,839	0,097	0,268	0,274	0,364	0,229
ATT4	0,104	0,598	0,765	0,069	0,266	0,244	0,309	0,217
ATT5	0,089	0,574	0,785	0,040	0,274	0,214	0,291	0,216
CNF1	0,211	0,118	0,101	0,799	0,195	0,219	0,162	0,247
CNF2	0,226	0,131	0,094	0,936	0,218	0,209	0,163	0,247
CNF3	0,202	0,114	0,068	0,916	0,214	0,188	0,130	0,216

CNF4	0,178	0,114	0,043	0,906	0,179	0,180	0,115	0,214
CNF5	0,196	0,142	0,083	0,915	0,190	0,167	0,153	0,208
CON1	0,401	0,280	0,232	0,191	0,750	0,375	0,250	0,428
CON2	0,414	0,264	0,236	0,206	0,837	0,388	0,261	0,474
CON3	0,336	0,295	0,275	0,126	0,814	0,382	0,257	0,402
CON4	0,244	0,263	0,324	0,141	0,647	0,289	0,206	0,280
CON5	0,404	0,262	0,260	0,198	0,816	0,428	0,190	0,441
INT1	0,320	0,322	0,183	0,202	0,436	0,827	0,282	0,603
INT2	0,274	0,341	0,269	0,197	0,364	0,764	0,273	0,535
INT3	0,342	0,389	0,261	0,178	0,405	0,892	0,305	0,696
INT4	0,307	0,393	0,278	0,151	0,407	0,851	0,266	0,651
NOR1	0,105	0,427	0,413	0,095	0,257	0,246	0,784	0,210
NOR2	0,045	0,360	0,252	0,151	0,206	0,290	0,855	0,262
NOR3	0,074	0,333	0,216	0,147	0,229	0,312	0,832	0,276
NOR4	0,097	0,405	0,384	0,149	0,287	0,268	0,823	0,206
PLA1	0,323	0,313	0,191	0,224	0,386	0,673	0,225	0,872
PLA2	0,229	0,315	0,220	0,144	0,290	0,625	0,251	0,776
PLA3	0,350	0,320	0,198	0,223	0,453	0,648	0,276	0,893
PLA4	0,435	0,262	0,233	0,240	0,592	0,523	0,195	0,754

Fonte: Elaborado pelo autor.

TABELA 6 – VALIDADE DISCRIMINANTE DO MODELO – CRITÉRIO DE RÁCIO HETEROTRAIT-MONOTRAIT (HTMT)

	ALF	ATA	ATT	CNF	CON	INT	NOR	PLA
ALF								
ATA	0,168							
ATT	0,144	0,795						
CON	0,253	0,163	0,097					
CCP	0,554	0,430	0,406	0,251				
INT	0,442	0,521	0,346	0,243	0,572			
NOR	0,118	0,552	0,451	0,183	0,354	0,400		
PLA	0,478	0,450	0,298	0,282	0,619	0,881	0,344	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, considerando os critérios apontados, a validade discriminante foi atestada. Do mesmo modo, considerando a análise fatorial confirmatória, bem assim as validades convergente e discriminante apresentadas, validado o modelo estrutural proposto.

4.3 AVALIAÇÃO DO MODELO ESTRUTURAL

As relações foram avaliadas por intermédio da modelagem de equações estruturais (*Structural Equation Modeling – SEM*) que permite a avaliação entre diferentes variáveis, inclusive endógenas e exógenas ao mesmo tempo, com a estimação dos mínimos quadrados parciais (*Partial Least Squares – PLS*), que

permite a avaliação de dados multivariados, além de relacionar variáveis dependentes com as independentes, especificando quais construtos se relacionam entre si, bem assim o aspecto de cada relação (Hair Jr *et al.*, 2009). O diagrama de caminhos aponta as relações entre as variáveis, seus efeitos e sua significância (Figura 3).

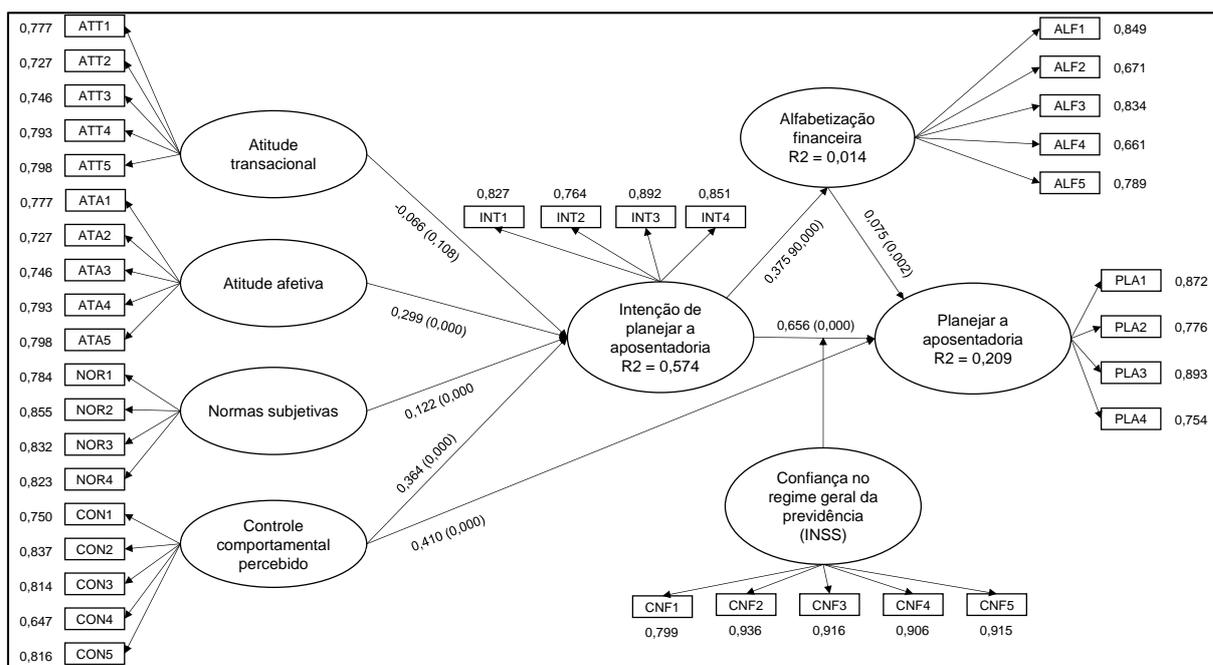


Figura 3: Diagrama de caminhos do modelo estrutural
Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise do fator de inflação da variância (VIF) visa identificar eventuais multicolinearidades no modelo e sobre esse aspecto a literatura tem indicado que os indicadores devem apresentar VIF inferior a 5,0 (Bido & Silva, 2019). Este estudo apresentou VIF entre 1,0 e 2,5 indicando, portanto, a inexistência de multicolinearidade.

Além disso, a avaliação da qualidade do modelo estrutural também se dá pelo coeficiente de determinação (R^2) e seus valores devem variar de 0 a 1 (Hair Jr, Sarstedt, Hopkins, & Kuppelwieser, 2014). Os resultados apresentados para os construtos endógenos de alfabetização financeira ($R^2 = 0,014$), intenção de planejar a

aposentadoria ($R^2 = 0,574$) e planejar a aposentadoria ($R^2 = 0,209$) indicam precisão preditiva pequena, alta e média, respectivamente, segundo Cohen (1988).

Os resultados demonstraram que a relação entre atitude transacional e a intenção não é significativa ($\beta = - 0,066$; p-valor = 0,108). Estes valores indicam que, prevalecendo a atitude transacional, a intenção é reduzida em 0,66 %. Assim, a hipótese H1 não foi suportada, pois a intenção transacional não está positivamente relacionada a intenção.

Por outro lado, a relação entre a atitude afetiva e a intenção de planejar a aposentadoria é significativa e positiva ($\beta = 0,299$, p-valor = 0,000), validando a hipótese H2 – pois a atitude afetiva está positivamente relacionada com a intenção de planejar a aposentadoria. Assim, o resultado indicou que a atitude afetiva reflete na intenção de planejar a aposentadoria aumentando-a em 29,9%.

Já a hipótese que avaliou a relação entre a normas subjetivas e a intenção de planejar a aposentadoria é significativa e positiva ($\beta = 0,122$, p-valor = 0,000), validando a hipótese H3 – pois a normas subjetivas estão positivamente relacionadas com a intenção de planejar a aposentadoria. Isso significa dizer que a opinião de terceiros impacta positivamente a intenção de planejar a aposentadoria no importe de 12,2%.

Seguindo a análise, os resultados apontaram que a relação entre o controle comportamental percebido e a intenção de planejar a aposentadoria é significativa e positiva ($\beta = 0,364$, p-valor = 0,000), validando a hipótese H4 – pois o controle comportamental percebido está positivamente relacionado com a intenção de planejar a aposentadoria, de modo que o controle comportamental percebido gera um impacto positivo de 36,4% na intenção de planejar a aposentadoria.

As hipóteses que testaram as relações entre o controle comportamental percebido e a ação de planejar a aposentadoria ($\beta = 0,410$, p-valor = 0,000), bem como entre a intenção de planejar a aposentadoria e a ação de planejar a aposentadoria ($\beta = 0,656$, p-valor = 0,000), também se mostraram significativas e positivas, implicando na validação das hipóteses H5 e H6. Isso indica que o controle comportamental percebido e a intenção de planejar a aposentadoria contribuem, respectivamente, em 41% e 65,6% para que a ação de planejar a aposentadoria se concretize.

Percebe-se também que há uma relação positiva e significativa entre a intenção de planejar a aposentadoria e a alfabetização financeira ($\beta = 0,375$, p-valor = 0,000), resultando na validação da hipótese H7, na medida em que a intenção de planejar a aposentadoria está positivamente relacionada, em 37,5%, com a alfabetização financeira.

Do mesmo modo, ao testar a relação entre a alfabetização financeira e a ação de planejar a aposentadoria os números indicaram ser ela significativa e positiva ($\beta = 0,075$, p-valor = 0,002), validando a hipótese H8 – o que significa dizer que a alfabetização financeira contribui em 7% para que a ação de planejar a aposentadoria se materialize. A Tabela 7 apresenta os resultados das hipóteses de pesquisa com efeitos diretos e respectivas avaliações.

TABELA 7 – RESULTADOS E VALIDAÇÃO DAS HIPÓTESES – EFEITOS DIRETOS

Hipóteses	Relações	β	p-valor	Validação
H1	Atitude transacional-> Intenção	- 0,066	0,108	Não
H2	Atitude afetiva -> Intenção	0,299	0,000	Sim
H3	Normas subjetivas -> Intenção	0,122	0,000	Sim
H4	Controle comportamental -> Intenção	0,364	0,000	Sim
H5	Controle comportamental -> Planejamento	0,410	0,000	Sim
H6	Intenção -> Planejamento	0,656	0,000	Sim
H7	Intenção -> Alfabetização	0,375	0,000	Sim
H8	Alfabetização -> Planejamento	0,075	0,002	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados relacionados aos efeitos de moderação e de mediação estão indicados na Tabela 8, revelando que o efeito moderador da confiança no regime geral da previdência na relação entre a intenção de planejar a aposentadoria e a ação de planejar a aposentadoria é significativa e a enfraquece em 65,5% para 4,1% o que é aceito na literatura, já que uma variável ou um construto moderador pode alterar a força, ou mesmo a direção entre outras duas variáveis ou construtos (Bido & Silva, 2019). Assim, a hipótese H9 não é validada, já que se buscava conhecer se a confiança no regime geral da previdência enfraqueceria a relação.

TABELA 8 – RESULTADOS DAS HIPÓTESES – EFEITOS INDIRETOS

Hipóteses	Relações	β	p-valor	Efeito	Validação
H9	Confiança -> Intenção-> Planejamento	0,041	0,025	Moderação	Não
H10	Controle comportamental -> Intenção -> Planejamento	0,229	0,000	Mediação parcial	Sim
H11	Intenção -> Alfabetização -> Planejamento	0,028	0,004	Mediação parcial	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao efeito mediador da intenção de planejar a aposentadoria na relação entre o controle comportamental percebido e a ação de planejar a aposentadoria, os dados indicam que a intenção de planejar a aposentadoria medeia parcialmente esta relação, considerando que H5 é significativa (Bido & Silva, 2019), com efeito significativo e positivo ($\beta = 0,229$; p-valor = 0,000). Desta forma, a hipótese H10 – a intenção de planejar a aposentadoria medeia a relação entre o controle comportamental percebido e a ação de planejar a aposentadoria foi validada.

No tocante ao efeito mediador da alfabetização financeira na relação entre a intenção de planejar a aposentadoria e a ação de planejar a aposentadoria, os dados indicam que a alfabetização financeira medeia parcialmente esta relação, considerando que H5 é significativa (Bido & Silva, 2019), com efeito significativo e positivo ($\beta = 0,028$; p-valor = 0,004). Desta forma, a hipótese H11 – a alfabetização

financeira medeia a relação entre a intenção de planejar a aposentadoria e o comportamento de planejar a aposentadoria foi validada.

Capítulo 5

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta pesquisa tem por objetivo identificar os fatores que determinam o comportamento de planejar a aposentadoria, valendo-se da teoria do comportamento planejado, que sugere a atitude, as normas subjetivas e o controle comportamental percebido como antecedentes da intenção (Shanmugam *et al.*, 2017), que na pesquisa considera o planejamento previdenciário, avaliando como população-alvo brasileiros não aposentados.

A literatura já validou a distinção entre as atitudes afetiva e transacional (Ajzen & Driver, 1992), que pode explicar os resultados encontrados, já que a hipótese que buscou conhecer se a atitude transacional impacta positivamente a intenção de planejar a aposentadoria foi rejeitada. Por outro lado, os números também revelam que a atitude afetiva impacta positivamente na intenção de planejar a aposentadoria, o que está em consonância com apontamentos teóricos relacionados à teoria do comportamento planejado, que já indicaram a atitude como um dos determinantes mais importantes no que tange a capacidade de modificar o comportamento (Ng *et al.*, 2020). Além disso, a literatura revela que a atitude, as normas sociais e o controle comportamental percebido determinam a intenção comportamental (Baistaman, Awang, & Mustapha, 2019; Billari, Gentile, Linciano, & Saita, 2019).

Quanto às normas subjetivas, o estudo demonstrou impactar positivamente a intenção de planejar a aposentadoria, harmonizando com estudos que consideram a decisão sobre quanto contribuir para um plano de previdência (Magwegwe *et al.*, 2020), bem assim a influência da escolha de terceiros no tocante a aposentadoria (Robertson-Rose, 2019).

Do mesmo modo, a pesquisa também mostrou que o controle comportamental percebido impacta positivamente a intenção de planejar a aposentadoria, bem assim o próprio comportamento de planejar a aposentadoria, confirmando as hipóteses H4 e H5. Os resultados acompanharam a literatura, que sugere que quanto mais altos os níveis de controle, mais as pessoas estão propensas a realizar um comportamento (Griffin, Loe, & Hesketh, 2012), como também quanto mais fácil desempenhar o comportamento, maior a intenção em realizá-la (Nosi *et al.*, 2017).

A pesquisa também mede os impactos da intenção de planejar a aposentadoria em relação ao comportamento de planejar a aposentadoria e as respostas confirmaram o impacto positivo daquela em relação a esta, confirmando a literatura, que destaca a intenção como o principal influenciador do comportamento (Shanmugam *et al.*, 2017) e motivador da respectiva realização (Billari *et al.*, 2019). Além disso, a intenção também é destacada como um sinal dado por um indivíduo que pretende realizar o respectivo comportamento (Shanmugam *et al.*, 2017).

Um dos resultados esperados é se a intenção de planejar a aposentadoria impactaria positivamente a alfabetização financeira, o que foi confirmado. Esse resultado é explicado pela literatura, que considera riscos e preocupações como motivos para buscar conhecimento (Nga & Yeoh, 2018). Além disso, a literatura também tem apresentado resultados sugerindo que o planejamento está intimamente ligado com a alfabetização financeira (Ricci & Caratelli, 2017).

O estudo também revelou que a alfabetização financeira impacta positivamente o comportamento de planejar a aposentadoria, o que também está em consonância com a literatura, que tem indicado a proximidade entre alfabetização financeira e preparação para a aposentadoria (Niu, Zhou, & Gan, 2020), bem assim apontado que

aqueles que demonstram maior nível de alfabetização financeira estão mais propensos ao planejamento previdenciário (Darriet *et al.*, 2020).

Além disso, esse resultado confirma as evidências de que indivíduos com melhores resultados relacionados à aposentadoria são aqueles que buscaram orientações com quem tem conhecimento financeiro (Palací *et al.*, 2018), bem assim os que sugerem que pessoas com níveis mais altos de alfabetização financeira tendem a pensar mais nas necessidades financeiras após a aposentadoria (Darriet *et al.*, 2020).

O estudo também avaliou a confiança no regime geral de previdência como moderadora da relação entre a intenção e o comportamento de planejar a aposentadoria, hipótese que foi confirmada. Esse resultado está em conformidade com a literatura, que já apresentou evidências de que a desconfiança no sistema público de previdência pode estimular a prática de poupar para a aposentadoria (Ricci & Caratelli, 2017). Somado a isso, há também apontamentos literários sugerindo que embora a confiança nas aposentadorias estejam se fragilizando, muitas pessoas acabam não economizando o suficiente para suportar suas necessidades após a aposentadoria (Palací *et al.*, 2018).

A relação entre o controle comportamental percebido e o comportamento de planejar a aposentadoria, também foi objeto de pesquisa, bem assim a mediação dessa relação pela intenção de planejar a aposentadoria, e, sob esses aspectos, a relação se revelou significativa e positiva, e os resultados apontaram para uma mediação parcial, conformando as hipóteses testadas. Isso porque, o efeito direto se mostrou significativo, ao passo que o efeito mediador se mostrou significativo e positivo (Bido & Silva, 2019).

Esses números também acompanham os apontamentos literários, que já destacaram que o desempenho do comportamento é o conjunto de intenções e controle comportamental percebido (Ajzen, 1991), de maneira que as pessoas estão mais propensas a realizar um determinado comportamento quando maiores os níveis de controle (Griffin, Loe, & Hesketh, 2012). O desempenho de um comportamento, inclusive, é determinado pela intenção de realizar o comportamento, juntamente com o controle comportamental percebido (Billari, Gentile, Linciano, & Saita, 2019)

Outra hipótese testada avaliou a alfabetização financeira como mediadora da relação entre a intenção e o comportamento de planejar a aposentadoria, o que restou confirmada, na medida em que os resultados indicaram o efeito mediador parcial, resultado que está em conformidade com a literatura, que considera alfabetizado financeiramente aquele que não só detém o conhecimento, como é capaz de aplicá-lo (Seay, *et al.*, 2016). Além disso, esse resultado também está em harmonia com resultados de pesquisas realizadas na Alemanha, que apontou relação positiva e significativa entre a alfabetização financeira e o planejamento para a aposentadoria (Bucher-Koenen & Lusardi, 2011), além de destaques apresentados em pesquisa realizada na Malásia, onde a alfabetização financeira é apontada como influenciadora da preparação para a aposentadoria (Shanmugam, Abidin & Tolos, 2017).

Capítulo 6

6 CONCLUSÃO

Este trabalho identificou os fatores que determinam o comportamento de planejar a aposentadoria, considerando a Teoria do Comportamento Planejado como base. Os resultados encontrados sugerem que a atitude afetiva, as normas sociais e o controle comportamental percebido impactam positivamente a intenção de planejar a aposentadoria, e esta do comportamento de planejar a aposentadoria. Por outro lado, restou evidenciado que a atitude transacional, apontada na literatura como distinta da atitude afetiva, não impacta positivamente a intenção de planejar a aposentadoria.

Além disso, os resultados demonstraram a mediação da alfabetização financeira na relação entre a intenção e o comportamento de planejar a aposentadoria, de maneira que indivíduos financeiramente alfabetizados apresentaram maior propensão ao comportamento de planejar a aposentadoria. Isso pode ser um problema no Brasil, país com baixo grau de escolaridade. A pesquisa também revelou que a confiança no regime geral da previdência (INSS) não modera a relação entre intenção e planejar a aposentadoria, o que está em linha com o descrédito, a instabilidade e as potenciais novas mudanças das regras de aposentadoria são sentidas pela população brasileira. Pessoas de baixo poder aquisitivo mantêm, de certa forma sua renda ao se aposentar, mas as de maior poder aquisitivo não, no que cabe ao regime geral da previdência. Há que destacar o contingente de trabalhadores informais, que não contribuem para a previdência e, portanto, não terão qualquer benefício previdenciário na velhice.

Este estudo contribui com a literatura, na medida em que explora um tema que, embora relevante, especialmente no Brasil, é pouco explorado pela literatura. Além disso, considera os construtos de alfabetização financeira e de confiança no regime geral da previdência com a lente teórica da TCP, trazendo luz a um fenômeno contemporâneo relevante para o contexto brasileiro: baixa escolaridade, baixa renda, expectativa de vida crescente, baixa escolaridade e mão de obra informal.

No tocante à contribuição prática, a pesquisa traz insumos para o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à seguridade social. Organizações que atuam com planejamento previdenciário também podem se beneficiar dos achados desta pesquisa, especialmente no desenvolvimento de ferramentas com foco em consumidores que relutam ao planejamento da aposentadoria. Além disso, a pesquisa também pode ser benéfica aos próprios trabalhadores, notadamente os mais jovens, já que alerta para a importância de se realizar o planejamento pensando na aposentadoria, bem assim da própria alfabetização financeira, que pode ser melhor abordada nos níveis iniciais de ensino.

Algumas limitações são observadas. Primeiramente, no que se refere à transversalidade do estudo, já que se limitou a um curto período de tempo e pesquisas futuras poderiam estabelecer um corte longitudinal, até para avaliar eventuais mudanças comportamentais ao longo do tempo. Além disso, notou-se uma grande concentração de respostas entre indivíduos com maior nível de escolaridade, indicando que os respondentes podem também ter maior conhecimento sobre finanças. Somado a isso, a maioria dos respondentes indicaram renda maior que dois salários mínimos, podendo melhor se planejar para a aposentadoria. Portanto, não se pode indicar que indivíduos com menor renda e escolaridade tenderiam ao mesmo comportamento. Dessa maneira, como a população brasileira possui renda baixa, bem

como baixa escolaridade, pode ser avaliada a realização de nova pesquisa, diretamente com esse público.

Além disso, o estudo considerou apenas contribuintes do regime geral da previdência, não incluindo servidores públicos civis e militares, que, conseqüentemente, contribuem para regimes próprios de previdência. Assim, em pesquisas futuras, seria relevante investigar o comportamento de indivíduos filiados a regimes previdenciários distintos do regime geral de previdência.

Dessa maneira, recomenda-se que pesquisas futuras considerem a amostragem probabilística, especialmente com corte longitudinal, para fins de avaliar o comportamento populacional ao longo do tempo. Além disso, sugere-se estender a pesquisa entre contribuintes de outros regimes previdenciários que não o geral (INSS), além de atenção especial ao público de baixa renda e de baixa escolaridade, que representam maioria entre os brasileiros. Pesquisas futuras também poderão melhor investigar a confiança em relação ao regime de previdência, que pode se tratar meramente de uma confiança formal, por se estar contribuindo com ela, já que no Brasil não há destaque para a capacidade de poupança.

REFERÊNCIAS

- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational behavior and human decision processes*, 50(2), 179-211.
- Ajzen, I., & Driver, B. L. (1992). Application of the theory of planned behavior to leisure choice. *Journal of leisure research*, 24(3), 207-224.
- Asokumar, A., & Jais, J. (2018). Determinant of Employees' Retirement Planning: A Review of Malaysian Retirement Plans. *Global Business and Management Research*, 10(3), 658-668.
- Báčová, V., Dudeková, K., Kostovičová, L., & Baláž, V. (2017). Financial planning for retirement in young adults: Interaction of professional experience, knowledge, and beliefs. *Studia Psychologica*, 59(2), 84-99
- Baistaman, J., Awang, Z., & Mustapha, W. M. W. (2019). Financial retirement planning in Malaysia: A conceptual model. *International Journal*, 2(10), 62-67.
- Bhattacharjee, A. (2002). Individual trust in online firms: Scale development and initial test. *Journal of Management Information Systems*, 19(1), 211-241.
- Bido, D., & da Silva, D. (2019). SmartPLS 3: Especificação, estimação, avaliação e relato. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 20(2), 1-31.
- Billari, F. C., Gentile, M., Linciano, N., & Saita, F. (2019). Who intends to become financially literate? Insights from the Theory of Planned Behavior. *CONSOB Working Papers Nº 88*. Acesso em maio 11, 2021, de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3494984.
- Boateng, F. D., & Kaiser, K. (2019). Trust and confidence in media and criminal justice institutions. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 63(12), 2213-2233.
- Brasil. (2019). *Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019*. Acesso em maio 11, 2021, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm.
- Clases, C., Bachmann, R., & Wehner, T. (2003). Studying trust in virtual organizations. *International Studies of Management & Organization*, 33(3), 7-27.
- Darriet, E., Guille, M., Vergnaud, J. C., & Shimizu, M. (2020). Money illusion, financial literacy and numeracy: Experimental evidence. *Journal of Economic Psychology*, 76.
- Dilmaghani, M. (2019). Perceived religious discrimination and confidence in Canadian institutions. *Ethnic and Racial Studies*, 42(15), 2603-2622.

- Field, A. (2009). *Descobrimdo a estatística usando o SPSS*. 2ª ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed.
- Fielding, K. S., McDonald, R., Louis, W. R. (2008). Theory of planned behavior, identity and intentions to engage in environmental activism. *J. Environ. Psychol.* 28, 318–326.
- Fisher, G. G., Chaffee, D. S., & Sonnega, A. (2016). Retirement timing: A review and recommendations for future research. *Work, Aging and Retirement*, 2(2), 230-261.
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing Research*, 18(1), 39-50.
- França, L. H., & Hershey, D. A. (2018). Financial preparation for retirement in brazil: a cross-cultural test of the interdisciplinary financial planning model. *Journal of cross-cultural gerontology*, 33(1), 43-64.
- Gough, O., & Adami, R. (2013). Saving for retirement: A review of ethnic minorities in the UK. *Social Policy and Society*, 12(1), 147-161.
- Griffin, B., Loe, D., & Hesketh, B. (2012). Using proactivity, time discounting, and the theory of planned behavior to identify predictors of retirement planning. *Educational Gerontology*, 38(12), 877-889.
- Gudžinskas, L. (2017). Trends in confidence in public institutions: A comparative analysis of the Baltic countries. *Politics in Central Europe*, 13(1), 7-33.
- Hair Jr., J. F., Ringle, C. M., & Sarstedt, M. (2011). PLS-SEM: Indeed, a silver bullet. *Journal of Marketing Theory and Practice*, 19(2), 139-152
- Hair Jr., J. F.; Black, William C.; Babin, Barry J.; Anderson, Rolph E.; Tatham, Ronald L. (2009). *Análise multivariada de dados*. 6ª ed. Porto Alegre: Ed. Bookman.
- Han, J., Ko, D., & Choe, H. (2019). Classifying Retirement Preparation Planners and Doers: A multi-country study. *Sustainability*, 11(10), 1-17.
- Hastings, J., & Mitchell, O. S. (2020). How financial literacy and impatience shape retirement wealth and investment behaviors. *Journal of Pension Economics & Finance*, 19(1), 1-20.
- Hershey, D. A., Mowen, J. C., & Jacobs-Lawson, J. M. (2003). An experimental comparison of retirement planning intervention seminars. *Educational Gerontology*, 29, 339–359.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). Desemprego. Rio de Janeiro: IBGE, recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>.

- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2010). Mapa do Analfabetismo no Brasil, 2010. Brasília: MEC, 2010. Recuperado em 20 junho, 2021, de https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf.
- Kalwij, A., Alessie, R., Dinkova, M., Schonewille, G., Van der Schors, A., & Van der Werf, M. (2019). The effects of financial education on financial literacy and savings behavior: Evidence from a controlled field experiment in Dutch primary schools. *Journal of Consumer Affairs*, 53(3), 699-730.
- Kim, J., Kwon, J., & Anderson, E. A. (2005). Factors related to retirement confidence: Retirement preparation and workplace financial education. *Financial Counseling and Planning*, 16(2), 77-89.
- Koposko, J. L., Kiso, H., Hershey, D. A., & Gerrans, P. (2016). Perceptions of retirement savings relative to peers. *Work, Aging and Retirement*, 2(1), 65-72.
- Leandro-França, C., Van Solinge, H., Henkens, K., & Murta, S. G. (2016). Effects of three types of retirement preparation program: A qualitative study of civil servants in Brazil. *Educational Gerontology*, 42(6), 388-400.
- Liébana-Cabanillasa, F.; Herrera, L.J.; Guillén, A. (2016). Variable selection for payment in social networks: Introducing the Hy-index. *Computers in Human Behavior*, 56, 45-55.
- Lim, X. J., Ng, S. I., & Basha, N. K. (2019). To retire or not to retire: Intention towards concept of retirement village in Malaysia. *Asian Journal of Business Research*, 9(1), 60-80.
- Liu, C., Bai, X., & Knapp, M. (2021). Multidimensional Retirement Planning Behaviors, Retirement Confidence, and Post-Retirement Health and Well-Being Among Chinese Older Adults in Hong Kong. *Applied Research in Quality of Life*, 1-17.
- Moura Jr, J. F., Rodríguez, N. A., Castillo León, M. T. D., Marín, T. C. C., Ximenes, V. M., Cidade, E. C., & Arboleda, Y. (2021). Sense of community in poverty contexts in Brazil, Colombia, and Mexico: A transcultural study. *Journal of Community Psychology*, 49(1), 202-217.
- Ng, S. I., Zhao, F., Lim, X. J., Basha, N. K., & Sambasivan, M. (2020). Retirement village buying intention. *Asia Pacific Journal of Marketing and Logistics*.
- Nga, K. H., & Yeoh, K. K. (2018). An exploratory model on retirement savings behavior: A Malaysian study. *International Journal of Business and Society*, 19(3), 637-659.
- Niu, G., Zhou, Y., & Gan, H. (2020). Financial literacy and retirement preparation in China. *Pacific-Basin Finance Journal*, 59.

- Nosi, C., D'Agostino, A., Pagliuca, M., & Pratesi, C. A. (2017). Securing retirement at a young age. Exploring the intention to buy longevity annuities through an extended version of the theory of planned behavior. *Sustainability*, 9(6), 1069.
- Palací, F., Jiménez, I., & Topa, G. (2018). Too soon to worry? Longitudinal examination of financial planning for retirement among Spanish aged workers. *PloS one*, 13(12), 1-17
- Persson, T., Parker, C. F., & Widmalm, S. (2019). How trust in EU institutions is linked to trust in national institutions: Explaining confidence in EU governance among national-level public officials. *European Union Politics*, 20(4), 629-648.
- Queiroz, B. L., & Souza, L. R. (2017). Retirement incentives and couple's retirement decisions in Brazil. *The Journal of the Economics of Ageing*, 9, 1-13.
- Rafalski, J. C., & Andrade, A. L. D. (2016). Planejamento da aposentadoria: Adaptação brasileira da PRePS e influência de estilos de tomada de decisão. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 16(1), 36-45.
- Rafalski, J. C., Noone, J. H., O'Loughlin, K., & de Andrade, A. L. (2017). Assessing the process of retirement: a cross-cultural review of available measures. *Journal of Cross-Cultural Gerontology*, 32(2), 255-279.
- Rahman, M., Azma, N., Masud, M., Kaium, A., & Ismail, Y. (2020). Determinants of indebtedness: Influence of behavioral and demographic factors. *International Journal of Financial Studies*, 8(1), 1-13
- Rašticová, M., Birčiaková, N., Bédiová, M., & Mikušová, J. (2019). Older workers economic activity and the health status: the implication of age management. *Polish Journal of Management Studies*, 19, 322-337.
- Ricci, O., & Caratelli, M. (2017). Financial literacy, trust and retirement planning. *Journal of Pension Economics & Finance*, 16(1), 43.
- Shanmugam, A., Abidin, F. Z., & Tolos, H. (2017). Issues in Retirement Confidence among Working Adults in Malaysia: A Conceptual Paper. *IOSR Journal of Economics and Finance (IOSR-JEF)*, 8(6), 1-11.
- Schnackenberg, A. K., & Tomlinson, E. C. (2016). Organizational transparency: A new perspective on managing trust in organization-stakeholder relationships. *Journal of Management*, 42(7), 1784-1810.
- Seay, M., Kim, K. T., & Heckman, S. (2016). Exploring the demand for retirement planning advice: The role of financial literacy. *Financial Services Review*, 25(4), 331-350.
- Silva, J. J. D., Bruno, M. A. P., Silva, D. B., & Nascimento, D. (2020). Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. *Brazilian Journal of Political Economy*, 40(1), 138-160.

- Tan, H. H., & Lim, A. K. (2009). Trust in coworkers and trust in organizations. *The Journal of Psychology, 143*(1), 45-66.
- Tan, S., & Singaravelloo, K. (2020). financial literacy and retirement planning among government officers in Malaysia. *International Journal of Public Administration, 43*(6), 486-498.
- Topa, G., Moriano, J. A., Depolo, M., Alcover, C. M., & Morales, J. F. (2009). Antecedents and consequences of retirement planning and decision-making: A meta-analysis and model. *Journal of Vocational Behavior, 75*(1), 38-55.
- Zuanazzi, P. T., Fochezatto, A., & Wink, M. V., Jr. (2018). Social security reform and personal saving: Evidence from Brazil. *International Journal of Economics and Finance, 10*(9), 1-26.

APÊNDICE 1 – PESQUISA ACADÊMICA: PLANEJAMENTO DA APOSENTADORIA

Olá! Tudo bem?

Sou mestrando em administração pela Fucape Business School – Cuiabá (MT) e estou realizando uma pesquisa acadêmica sobre aposentadoria.

Gostaria muito de contar com a sua opinião e também que compartilhasse esse formulário com pessoas das suas relações.

Fique tranquilo(a), as respostas serão coletadas de forma anônima e confidencial. Não há identificação dos respondentes e os dados serão utilizados somente para afins acadêmicos.

Não existem respostas certas ou erradas. Suas percepções é que importam.

Agradeço muito a gentileza e o tempo dispendido (não mais que 10 minutos).

Aluno: Nairon Cesar Diniz de Sousa

Professor: Dr. Sergio Augusto Pereira Bastos

A grande parte das respostas são apresentadas em uma escala de 1 a 5, devendo se indicado até que ponto uma das seguintes afirmações o(a) descreve atualmente, sendo:

1 "discordo totalmente"

2 "discordo"

3 "não concordo nem discordo"

4 "concordo" e

5 "concordo totalmente"

Há algumas exceções, que são especificadas.

Planejar a aposentadoria é uma atitude inteligente.

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

planejar a aposentadoria é uma atitude benéfica.

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

planejar a aposentadoria é uma atitude útil.

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

planejar a aposentadoria é uma atitude forte.

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

planejar a aposentadoria é uma atitude proativa.

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

planejar a aposentadoria é uma atitude interessante.

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

planejar a aposentadoria é uma atitude agradável.

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

planejar a aposentadoria é uma atitude atraente.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

planejar a aposentadoria é uma atitude desejável.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Planejar a aposentadoria é uma atitude boa.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

As pessoas cujas opiniões eu valorizo aprovam que eu planeje minha aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

A maior parte das pessoas que me vem à cabeça pensam que eu deveria planejar minha aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

A maior parte das pessoas que me vem à cabeça esperam que eu planeje minha aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

As pessoas que são próximas a mim concordariam que eu planeje minha aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Quanto controle você tem sobre se você se engaja no planejamento da aposentadoria? (1, muito pouco controle; 5, muito controle)

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Para mim, envolver-me no planejamento da aposentadoria é (1, muito difícil; 5, muito fácil)

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Se eu quisesse, poderia facilmente me envolver no planejamento da aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Depende principalmente de mim se eu me engajo no planejamento da aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Quão difícil seria para você se envolver com o planejamento da aposentadoria? (1, muito difícil; 5, muito fácil)

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Pretendo dedicar muito tempo buscando informações para o planejamento da minha aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Ficaria bastante aborrecido se não fosse capaz de me envolver em atividades de planejamento de minha aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Pretendo buscar constantemente informações dedicadas ao planejamento da aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Pretendo desenvolver muitas habilidades que me permitam planejar minha aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Dedico muito tempo em busca de informações para o planejamento da minha aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Fico bastante aborrecido (a) se não sou capaz de me envolver em atividades de planejamento de minha aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Constantemente busco informações dedicadas ao planejamento da aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Tenho muitas habilidades que me permitem planejar minha aposentadoria.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Economizo dinheiro todos os meses.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Economizo para comprar produtos mais caros (por exemplo, carro, casa).

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Possuo uma reserva financeira igual ou superior a três vezes a renda mensal que pode ser usada em casos inesperados (por exemplo, desemprego, doença).

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Analiso as finanças pessoais em profundidade antes de fazer qualquer compra importante.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Estou satisfeito(a) com meu próprio sistema para controlar finanças.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Uso cartões de crédito quando não há dinheiro disponível para cobrir algumas despesas.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Pago a fatura do cartão de crédito completamente para evitar cobranças financeiras (juros e multas).

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Verifico as faturas do cartão de crédito para examinar possíveis erros e cobranças não autorizadas

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Penso que o regime geral da previdência (INSS) manterá promessas e compromissos.

()1 ()2 ()3 ()4 ()5

O regime geral da previdência (INSS) é digno de confiança.

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

Eu classifico o regime geral da previdência (INSS) como honesto.

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

Eu acho que o regime geral da previdência (INSS) é responsável.

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

Em geral, eu tenho confiança no regime geral da previdência (INSS).

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

As próximas perguntas visam conhecer o perfil do(a) respondente. Para cada questionamento deverá ser assinalada apenas uma resposta, que melhor represente o seu perfil.

Você é aposentado(a)?

() sim () não

Idade

() menos de 25 anos () entre 25 e 45 anos () entre 45 e 65 anos

() mais de 65 anos

Sexo () feminino () masculino () prefiro não declarar

Estado civil

() solteiro () casado () divorciado

() viúvo () outros

Tem filhos

() sim () não

Escolaridade

() fundamental ou menos () médio/técnico () superior

() pós graduação (inclui mestrado e doutorado) () outra

Renda

() até 2 salários-mínimos () acima de 2 até 5 salários-mínimos

() acima de 5 até 10 salários-mínimos () acima de 10 salários-mínimos

Onde mora?

() Norte () Nordeste () Sul () Sudeste

() Centro-oeste () exterior

Quanto tempo falta para se aposentar?

() até 10 anos () mais de 10 anos e menos de 15 anos

() mais de 15 anos e menos de 20 anos () mais de 20 anos e menos de 25 anos

() mais de 25 anos

Contribui para o regime geral de previdência (INSS)?

() sim () não

Possui algum plano de previdência privada ou algum outro investimento pensando na aposentadoria?

() sim () não

Você se considera uma pessoa alfabetizada financeiramente?

() sim () não